

CURSO 10

Universidade Solidária: práticas e alternativas metodológicas para o trabalho comunitário

Elisabeth Vargas

Superintendente Executiva da Oscip Universidade Solidária (UniSol)

Adolfo Ignacio Calderón

Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; pesquisador do Programa de Pesquisas em Políticas Públicas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), professor e assessor para assuntos comunitários da Universidade de Mogi das Cruzes (UMC); membro do Comitê Científico do Fórum de Extensão das IES Brasileiras e do Conselho de Gestores do Programa Alfabetização Solidária.

Extensão universitária: o trabalho comunitário em questão

A extensão universitária está passando por um momento muito importante no seu incipiente processo de institucionalização.

O fato mais marcante é sem dúvida alguma o processo de consolidação da estrutura representativa das Instituições de Ensino Superior (IES), reflexo da heterogeneidade existente no cenário universitário. Além do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e IES Comunitárias, foi criado o Fórum de Extensão das IES Brasileiras, que aglutina principalmente IES da rede privada.

Também se deve destacar a importância que tem a realização dos Congressos Brasileiros de Extensão Universitária, que já estão na segunda edição, na medida em que se constituem em importantes espaços para que a extensão universitária legitime seu *status* de atividade acadêmica.

Os fatos mencionados vão ao encontro do objetivo que originou a Universidade Solidária (UniSol)¹, isto é, estimular a institucionalização da ação comunitária nas IES brasileiras como atividade acadêmica fundamental da extensão universitária.

Diante da demanda que a UniSol vem recebendo por parte das IES, principalmente da rede privada, para a realização de cursos de treinamento, optou-se por oferecer, durante o 2º Congresso, o curso intitulado "Universidade Solidária: prática e alternativas metodológicas para o trabalho comunitário". Por meio dele, tentou-se

apresentar conceitos, ferramentas, estratégias e metodologias que subsidiem o trabalho dos que atuam diretamente na execução e implantação de projetos. Além do curso, também foi lançado o livro "Ação Comunitária. Uma outra face do ensino superior brasileiro"².

Esclarecendo conceitos e identificando atores

A ação comunitária extensionista é um tipo específico de prática acadêmica que muitas vezes se confunde com outros tipos de intervenção social realizadas, entre outros, pelo poder público, Organizações não Governamentais (ONGs), empresas e/ou fundações. Apontaram-se nove questões-chaves para caracterizar e direcionar este tipo de ação:

1) Trata-se de uma prática acadêmica que não pode ser confundida com os projetos comunitários realizados por ONGs, igrejas e entidades assistenciais.

2) É uma forma de intervenção social que não concorre com práticas de outras organizações da sociedade civil que atuam na área social. Distante de competir, complementa, fortalece e aprimora as iniciativas governamentais e da sociedade civil em projetos de interesse público.

3) Por ser uma prática universitária deve pautar-se por dar uma dimensão social e ética ao ensino e a pesquisa.

4) Contribui para o crescimento humano e profissional do corpo docente e discente, possibilitando o desenvolvimento da sensibilidade social e da responsabilidade social nos atores envolvidos.

5) É uma prática acadêmica que quebra os muros da sala de aula e dos laboratórios de pesquisa para se tornar ação sistemática geradora de conhecimentos.

6) Não é conflitante com as práticas assistenciais. Antes de ensinar a ler e a escrever, muitas vezes é necessário um prato de comida para saciar a fome. Deve-se perder o preconceito contra o assistencialismo, que se constitui em meio e nunca em um fim.

7) Socializar experiências é uma alternativa metodológica que permite aprimorar a prática comunitária por meio da troca de conhecimentos, bem como encurtar caminhos, maximizar recursos financeiros e ser mais eficientes, eficazes e efetivos em relação aos objetivos traçados.

8) A UniSol pauta sua prática de socializar experiências por uma série de mecanismos e meios, tais como: banco de dados, portal da UniSol, catálogo de projetos sociais, publicações próprias e em parceria, jornal eletrônico, Fóruns Regionais, concursos de projetos, cursos e eventos.

9) A socialização de experiências é uma prática chave para fortalecer a institucionalização da extensão universitária. Torna-se fundamental: a continuidade dos Congressos Brasileiros de Extensão; instituir nas IES as chamadas SEMANAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA; estimular a sistematização e produção de novos conhecimentos, bem como o surgimento de publicações acadêmicas indexadas.

Ampliando o conceito de extensão

A extensão universitária deve ser repensada na sua operacionalização dentro das IES, uma vez que, embora seja uma filosofia institucional, um jeito de ser, um espírito norteador, um “*ethos*” cultural que deveria estar impregnado no ensino e na pesquisa, acabou-se tornando, na maioria dos casos, uma ONG dentro da universidade, um departamento, uma Pró-Reitoria, uma sala com computadores, um feudo.

Para exemplificar esse entendimento da extensão, cite-se experiência realizada pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG) que tinha como objetivo criar alternativa de renda para a comunidade de pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos (RS), por meio do cultivo do camarão-rosa.

Essa experiência constitui-se rico exemplo de como se pode fazer extensão universitária dando uma dimensão social às pesquisas científicas. Ela é resultado de anos de estudos realizados por pesquisadores do Departamento de Oceanografia da FURG, visando viabilizar cientificamente o cultivo de camarões a baixo custo.

Sob essa mesma perspectiva, foi ressaltada a importância da pesquisa científica, uma vez que aponta para: a possibilidade de produção de conhecimento na interface com a comunidade; o uso de metodologias participativas; a criação e recriação de conhecimentos que possibilitem transformações sociais; a compreensão da sala de aula como todos os espaços, dentro e fora da universidade, em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações, passando a expressar um conteúdo multi, inter e transdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática.

O conceito de responsabilidade social está atrelado ao mundo empresarial constituindo-se, de acordo com o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, numa forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona, promovendo o desenvolvimento sustentável da sociedade e a redução das desigualdades sociais³.

É necessária a “gestão das instituições de ensino, por meio da adoção de técnicas e instrumentos voltados à consolidação da ética nas relações estabelecidas,

com alunos, professores, governos, empresas e sociedade, e à busca do máximo aproveitamento dos recursos utilizados para o desenvolvimento de suas atividades-fim”⁴.

Sem dúvida alguma, a abordagem realizada é polêmica, gera dissensos, uma vez que setores universitários se recusam a aceitar a universidade como uma empresa, preferindo usar o termo compromisso social.

Aprimorando o trabalho comunitário

A estrutura de projetos sociais é uma questão de forma ou de conteúdo?

No que diz respeito à forma, ressalte-se que, se por um lado existe uma estrutura básica, por outro não há uma fórmula pronta, uma estrutura única e fechada. A elaboração de um projeto, na sua estrutura formal, exige criatividade, bom senso e que tenha uma estrutura lógica e concatenada.

No que diz respeito ao conteúdo, cite-se como se elabora um projeto a partir da experiência “Avança Boa Esperança! Desenvolvimento social, geração de renda e saúde comunitária”, implantado pela Universidade de Santa Cruz do Sul (RS) em parceria com a UniSol.

Os projetos devem ser resultantes da interação com a comunidade. É fundamental levantar demandas e potencialidades da comunidade, identificar os parceiros estratégicos e conhecer a infra-estrutura disponível para a execução das atividades.

A segunda recomendação é que grande parte do êxito do projeto está nos recursos humanos. Daí a necessidade de elaborar uma boa estratégia de seleção e capacitação das equipes multidisciplinares. Sugere-se que, ao lidar com os universitários, se identifiquem talentos, aptidões, experiências adquiridas, liderança e habilidade para o trabalho cooperativo.

A terceira recomendação diz respeito à necessidade de estruturar indicadores de avaliação de processos e de resultados. Na avaliação de processo, deve-se focar a eficiência dos métodos e procedimentos empregados. Na avaliação de impacto, devem-se considerar as condições anteriores e posteriores às atividades.

As contribuições teóricas de dois autores contemporâneos são importantes para a mobilização social.

Bernardo Toro(1997) afirma a idéia de que a transformação social é um ato de liberdade. Isso só será possível se existir informação, vontade e paixão. Já de Habermas(1989) vem a idéia de que transformação social depende do agir comunicativo, que pressupõe a veracidade, a correção, a sinceridade e a inteligibilidade.

A partir dessas idéias desprende-se que o agir comunicativo é a base de sustentação da mobilização social, uma vez que por meio da interação entre diferentes atores é possível construir um imaginário que convoque pessoas ou grupos para a transformação social.

Na visão de Toro, mobilizar é convocar voluntários para um propósito, com interpretações e sentidos compartilhados. Se mobilizar é convocar, quer dizer que mobilizar é antes de tudo um ato de liberdade. Se é voluntário, é um ato de paixão, ou seja, não é possível mobilizar uma sociedade se não se despertar, previamente, a paixão. Se é um propósito, não se convoca para qualquer coisa ambígua ou vaga, é algo que tem que ser claramente delineado. Se é compartilhada com interpretações e sentidos, a convocação é um ato de comunicação, de informação e de educação.

Estratégias concretas de trabalho comunitário e mobilização social podem ser exemplificadas por meio do projeto Informação, Educação e Comunicação (IEC), implantado pela Universidade da Amazônia (Unama) com o objetivo de ampliar a capacidade dos atores locais (municipais) para que construam e desenvolvam seus próprios programas de saúde, educação e assistência social, utilizando estratégias e técnicas de Informação, Educação e Comunicação. Buscou-se estimular formas criativas de solucionar problemas locais, bem como formar e capacitar lideranças, em linguagens de comunicação popular por meio de oficinas, tais como, Teatro de Bonecos; Teatro Popular; Rádio Popular; Jornais Comunitários; Vídeo Popular.

Notas

1. Criada em 1995, a UniSol é uma organização não governamental que vem mobilizando, ao longo dos anos, universitários, setores da sociedade civil e do Estado para o trabalho comunitário em todo o país. E-mail: unisol@unisol.org.br e site: www.unisol.org.br

2. Organizado por Adolfo Ignacio Calderón, com prefácio de Paulo Alcantara Gomes, o livro foi publicado pela editora Olho d'Água, em 2004, por iniciativa da UniSol e do Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade de Mogi das Cruzes. Download: www.unc.br/socializando_experiencias

3. Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma organização não-governamental criada em 1998 com a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável. www.ethos.org.br

Referências

WASIELESKY et al. Cultivo de camarão-rosa como alternativa de geração de renda. In: CALDERON, Adolfo Ignacio ; SAMPAIO (Orgs) **Extensão Universitária: ação comunitária em universidades brasileiras**,. São Paulo: Olho d'água, 2002.

AMARO, Sarita. **Avança Boa Esperança: participação comunitária e empoderamento popular**?. In: CALDERON, Adolfo Ignacio (Org). **Ação Comunitária: uma outra face do ensino superior brasileiro**,. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nirvea Maria Duarte. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. Brasília: MMA/SRH/ABEAS/ UNICEF, 1997.

HABERMAS, Jurgen. **Consciência moral e o agir comunicativo**. Tradução de Guido Antonio de Almeida.: Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.